

Branquitude e educação: apontamentos iniciais para uma pedagogia antirracista

ARTIGO

Jaqueline de Oliveira e Silvaⁱ 

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil

1

Resumo

O presente artigo realiza uma reflexão crítica sobre a branquitude como construção social e histórica, levando em consideração a seguinte problemática: quais são os efeitos da branquitude na formulação da educação, da história, do currículo e na constituição do próprio sujeito branco no Brasil? Estabeleceu-se como objetivo geral analisar a branquitude como elemento estruturante das normas sociais e dos projetos de nação, questionando sua invisibilidade e a falsa ideia de neutralidade racial. A pesquisa é de natureza teórica, de abordagem qualitativa e fundamentada no diálogo entre diferentes autores. Os resultados da reflexão permitem evidenciar que a branquitude, ao se manter como referência universal, impacta a forma como os conhecimentos são organizados e transmitidos, naturalizando privilégios e hierarquias raciais. Em consequência, aponta-se a urgência de construir perspectivas pedagógicas antirracistas que contribuam para ampliar a compreensão das dinâmicas raciais e para fomentar estratégias voltadas à promoção da igualdade racial e da justiça social.

Palavras-chave: Estudos da Branquitude. Relações étnico-raciais. Pedagogia Antirracista.

Whiteness and Education: Initial Notes for an Antiracist Pedagogy

Abstract

This article offers a critical reflection on whiteness as a social and historical construct, considering the following question: what are the effects of whiteness on the formulation of education, history, curriculum, and the constitution of the white subject itself in Brazil? The general objective was to analyze whiteness as a structuring element of social norms and national projects, questioning its invisibility and the false notion of racial neutrality. The research is theoretical in nature, with a qualitative approach, and based on dialogue between different authors. The results of this reflection demonstrate that whiteness, by maintaining itself as a universal reference, impacts the way knowledge is organized and transmitted, naturalizing racial privileges and hierarchies. Consequently, the urgent need to develop anti-racist pedagogical perspectives that contribute to broadening the understanding of racial dynamics and fostering strategies aimed at promoting racial equality and social justice is highlighted.

Keywords: Whiteness studies. Ethnic and racial relations. Anti-racist pedagogy.

1 Introdução

2

Atualmente, vivenciamos um período singular na produção de conhecimento, em que as ciências humanas e sociais assumem protagonismo nos debates sobre diversidade teórica e epistemológica nas sociedades contemporâneas. Esse protagonismo se expressa, sobretudo, no campo da educação que, como lembram Nilma Lino Gomes (2012) e Marco Antônio B. da Silva (2023), constitui um espaço privilegiado de articulação entre teoria e prática. Tal articulação envolve tanto o saber científico quanto os conhecimentos construídos pelos sujeitos em suas vivências sociais, culturais, históricas e políticas. Entretanto, nem todas as formas de produção de saber, assim como os corpos que os produzem, têm recebido reconhecimento e valorização. Essa lacuna nos leva a indagar até que ponto a expansão da agenda antirracista tem, de fato, impactado as culturas acadêmicas e os currículos das instituições públicas de ensino no Brasil, promovendo mudanças efetivas em suas estruturas e práticas.

Com poucas exceções, as instituições de ensino têm reproduzido discursos hegemônicos que reforçam estereótipos sobre determinados grupos étnicos. Essa prática sustenta ideologias como o branqueamento (Bento, 2005) e o mito da democracia racial, contribuindo para a invisibilização da diversidade e das especificidades das populações negras e indígenas.

Consideramos aqui o fato de que as discussões sobre raça no Brasil têm se concentrado nas experiências dos grupos negros e indígenas, enquanto a branquitude permanece falsamente invisível, implícita e não questionada. Entender a branquitude como uma construção social que, historicamente, se beneficiou da ficção de superioridade e que integrou um projeto de nação é fundamental para desmontar as estruturas de poder baseadas em raça.

A proposta deste artigo é oferecer uma contribuição para ampliar a compreensão das dinâmicas raciais no Brasil e sua relação com a educação, reconhecendo que a análise da branquitude constitui uma dimensão fundamental no enfrentamento do racismo.

Não se trata de uma reflexão conclusiva, mas de uma contribuição que visa tensionar a ideia de neutralidade racial e as bases que sustentam privilégios e desigualdades.

2 Metodologia

3

Este artigo parte de inquietações e percepções da autora enquanto professora, pesquisadora e beneficiária da política de cotas no ensino superior. Minha trajetória acadêmica na Universidade Federal de Minas Gerais começou entre os anos de 2005 e 2009, período anterior à implementação das cotas. Retornei à mesma instituição em 2017, como doutoranda e cotista, e foi evidente a transformação vivida pela universidade nesse intervalo. Os alunos dos cursos de ciências sociais e antropologia, do qual sou egressa, ao questionar de forma veemente a ausência de autores negros e indígenas nas bibliografias, entre outras lacunas, provocaram alterações significativas nos currículos e nas práticas pedagógicas implementadas.

Apesar dos avanços no debate racial, a branquitude permanecia intocada, protegida por um silêncio que escamoteava seu privilégio de não ser nomeada. Durante o doutorado, mesmo em disciplinas voltadas às questões raciais, não houve qualquer iniciativa dos professores, em sua maioria brancos, de se repensarem como sujeitos racializados, tampouco de incluir esse tema nos conteúdos programáticos. A branquitude, nesse contexto, permanecia como uma “parede de vidro” (Piza, 2002), invisível, mas estrutural, moldando o que é considerado conhecimento legítimo e quem o produz.

Neste sentido, este texto pretende elaborar apontamentos iniciais que contribuam para problematizar a falsa neutralidade racial e a invisibilidade da branquitude no campo educacional, abrindo caminhos para uma possível abordagem prática. Como estratégia metodológica, faço uma articulação entre contribuições de referenciais da sociologia, da antropologia e da educação, mobilizando-os em uma leitura que evidencia como a branquitude se constitui historicamente e como impacta a construção da história, do currículo e da ideia de educação.

3 Resultados e Discussão

3.1 Branquitude e o “problema do negro” no Brasil

4

De maneira recorrente, as análises acerca da questão racial têm se voltado para as vivências dos grupos marginalizados, ao passo que a branquitude permanece erroneamente invisível, subentendida e sem questionamentos. Contudo, a exclusiva focalização no subalterno, embora desempenhe um papel indiscutível ao revelar nuances e complexidades, bem como ao gerar conhecimento sobre práticas e significados existentes fora do centro, tem o efeito contraproducente de perpetuar a sensação de diferença, estranheza e excepcionalidade. Isso enfatiza a percepção de que tais grupos representam desvios da norma. Assim, a suposta “norma seguiu a diante, como se fosse a maneira natural, inevitável e comum dos seres humanos”. (Dyer, 1988 *apud* Vainer, (2012, p.44). Entre o centro e margem, o foco estaria apenas num dos polos, o polo racializado, e não na rede que constitui a relação entre ambos.

Segundo Steyn (2004), citado por Lia Vainer (2012), os estudos sobre raça marcados pela transferência do olhar da margem para o centro podem ser considerados um análogo lógico dos estudos feministas, que recolocaram a questão em outros parâmetros. A proposta é deslocar o foco das identidades historicamente marginalizadas para uma análise crítica daquilo que se convencionou como centro: a branquitude. Trata-se de revelar e interrogar os conteúdos e pressupostos desse lugar de poder, que por muito tempo permaneceu isento de questionamento, mantendo o privilégio de produzir conhecimento sobre os outros sem ser objeto de reflexão.

Um dos projetos políticos levados a cabo pela branquitude, enquanto um projeto de nação, teve como pressuposto um projeto de branqueamento do Brasil. O embranquecimento ou branqueamento é uma teoria que, como o próprio nome sugere, visava pensar estratégias e processos para “branquear” a população brasileira, eliminando a parcela negra e indígena que tornaria o desenvolvimento nacional fadado ao fracasso. Tal teoria fez parte de projeto criado pela elite brasileira no século XIX e meados do XX

ao perceber que, à grande parte da população brasileira composta de negros e indígenas enegreceria a sociedade, o que seria algo tido como negativo, já que os colonizadores só consideravam “normais” as pessoas de origem europeia.

Esta proposta tinha como base estudos evolucionistas e eugenistas a respeito das raças humanas, entendidas como biológica e intelectualmente distintas. Craniometria, fisionomia e outras pseudociências eram usadas para sustentar a ideia de que algumas raças eram intrinsecamente superiores a outras. A eugenia tinha como foco a “melhoria” das características genéticas humanas por meio de práticas seletivas de reprodução e teve um papel relevante na construção das teorias de branqueamento no Brasil. Um dos autores expressivos nesse sentido foi João Baptista Lacerda, na época diretor do Museu Nacional no Rio de Janeiro, que apresentou no primeiro congresso universal das raças em 1911 um trabalho intitulado “*Sur les Mêtis in Brésil*” (Sobre os mestiços do Brasil, 1911). Este Congresso, realizado em Londres, Inglaterra, reuniu representantes de diversos países para discutir o futuro dos países recém colonizados.

Segundo Lacerda, uma estratégia para o branqueamento do Brasil estaria no incentivo ao processo de seleção sexual (termo adaptado de Charles Darwin), conseguida pelo incentivo a imigração europeia e aos casamentos inter-raciais. Enfatizava ainda que, dentro do período de três décadas, o Brasil seria um país totalmente branco. O então diretor do Museu Nacional para fundamentar seu modelo de branqueamento usou a obra de arte “A redenção de Cã” (1895), de Modesto Brocos, como representação do Brasil do futuro.

Na obra de arte em questão, vemos no canto esquerdo uma mulher negra de pele retinta e possivelmente avó da criança representada ao centro, com as mãos voltadas para cima como se agradecesse algo. Ao centro, a filha negra, já representada em tom de pele menos retinto do que a mãe, logo, branqueada. Ela estava ao lado direito de um homem branco sentado com ar de satisfação ao olhar para a criança que a mulher no meio da tela tem em seu colo. A criança era um bebê branco de cabelo liso e olhos azuis que segura uma laranja em suas mãos, ou seja, ela é o fruto da miscigenação que “livraria” o Brasil de seu destino, fruto de mais de séculos de escravidão africana.

A mesma tese, da seleção sexual, já havia sido explorada por Silvio Romero alguns anos antes, em *História da Literatura Brasileira* (1888), que conclamava para que os brancos reunidos do Sul se misturassem para imprimir a sua supremacia. A raça branca seria a “raça forte” e ela tenderia a se sobrepôr a partir de relações interracialis.

Outro defensor da eugenia no Brasil foi Renato Kehl, da escola de Medicina do Rio de Janeiro. Além de tecer elogios ao modelo de apartheid da África do Sul, ele advogava medidas como a esterilização de degenerados, o controle matrimonial, a seleção de imigrantes e outras políticas de purificação racial.

Apesar de apresentarem nuances e enfoques distintos, os diversos autores que defendiam estratégias de branqueamento no Brasil têm como pressuposto comum a defesa do indivíduo branco enquanto aquele dotado das melhores capacidades morais e cognitivas, e o negro, no polo oposto, enquanto um degenerado, dotado de menor inteligência e fadado a exercer atividades laborais rudimentares. Muitas vezes usada para legitimar a dominação racial, tal perspectiva sugere que a população branca estaria num estágio mais avançado de desenvolvimento e que por isso deveria ser responsável por levar a cabo um determinado projeto de desenvolvimento.

A noção da superioridade intrínseca a brancura seria uma das principais características constituidoras da branquitude, enquanto uma racialidade construída sócio-historicamente através da ficção de superioridade e normalidade. Desta forma, o branqueamento pode ser entendido como um projeto de país defendido e que defende a branquitude enquanto uma categoria racial particular que se apresenta falsamente como neutra e invisível, o que faz com que ela seja, muitas vezes, não marcada.

O medo da miscigenação, entendida como degeneração, seria uma demonstração do que o sociólogo Alberto Guerreiro Ramos chamou de “Patologia Social do Branco”, teoria presente na sua obra publicada em 1957. Expoente dos estudos da branquitude no Brasil, Ramos afirma que devido ao racismo e a um ideal de beleza e estética branca, a população brasileira produziu significados positivos a brancura, e negativos para a parcela negra. A patologia seria o fato de que o branco brasileiro considera vergonhosa a sua

ancestralidade negra. Por conseguinte, há um processo reiterado de enaltecimento da cultura europeia branca da qual o branco brasileiro não faria parte inteiramente.

Como consequência da construção da identidade branca como símbolo de superioridade no imaginário brasileiro, o autor aponta que a classificação racial no país tende a se orientar pelo ideal de branqueamento. Nesse processo, os indivíduos buscam se distanciar dos estereótipos negativos associados à negritude, reforçando uma lógica de exclusão e apagamento.

Outro apontamento do autor foi mostrar como as relações raciais brasileiras estavam sendo estudadas e interpretadas exclusivamente por intelectuais brancos como se apenas negros tivessem raça. O autor destaca desta forma o tema do negro na sociedade brasileira:

Há o tema do negro e há a vida do negro. Como tema, o negro tem sido, entre nós, objeto de escarpelação perpetrada por literatos e pelos chamados ‘antropólogos’ e ‘sociólogos’. Como vida ou realidade efetiva, o negro vem assumindo o seu destino, vem se fazendo a si próprio, segundo lhe têm permitido as condições particulares da sociedade brasileira. Mas uma coisa é negro-tema; outra, o negro vida (Ramos, 1995, p. 171).

O branco tem tido o privilégio de produzir conhecimento acerca de outros segmentos raciais e dos problemas sociais, ausentando-se da produção central das desigualdades, e essa prática teria cristalizado os problemas sociorraciais no Brasil como uma sociologia do negro brasileiro. Em suas palavras:

Dir-se-ia que na cultura brasileira o branco é o ideal, a norma, o valor por excelência. E de fato, a cultura brasileira tem conotação clara. Este aspecto só é insignificante aparentemente. Na verdade, merece apreço especial para o entendimento do que tem sido chamado de “problema do negro” (Ramos, 1995, p.150).

Desta forma, Guerreiro Ramos promove um deslocamento da questão sociorracial brasileira, ao perceber o branco enquanto sujeito racializado, abrindo caminho para os estudos das relações étnico-raciais, que envolvem tanto o polo oprimido quanto o polo

causador da opressão que também vivencia as consequências do racismo na formação da sua subjetividade.

Franz Fanon, filósofo e psiquiatra martinicano formado na França, é um dos autores que concebe a noção de identidade racial branca. Em seu influente trabalho de 1952, intitulado "Pele Negra, Máscaras Brancas", o autor aborda diversos temas relacionados as relações raciais e às dinâmicas entre colonizado e colonizador, destacando essas categorias como fundamentais para compreender a formação das subjetividades de indivíduos brancos e negros em interação.

A formação das chamadas "máscaras brancas", segundo Fanon, tem início na auto-rejeição por parte dos negros e numa tentativa de escapar dos estereótipos negativamente associados aos não brancos na sociedade ocidental. O autor sustenta que o mesmo racismo internalizado pelos negros é apropriado pelos brancos, embora em uma dinâmica assimétrica, contribuindo para a construção das identidades raciais brancas. Nesse processo, ocorre o desenvolvimento de um sentimento de superioridade em relação ao funcionamento da raça. Para ele, a racialização é prejudicial para ambos.

Porém, é importante levar em conta que na definição do que é branquitude e de quem são os sujeitos brancos, como aponta Vainer (2012, p. 59), as categorias sociológicas de etnia, cor, gênero, regionalidade e classe se entrecruzam, se colam e descolam umas das outras. Desta forma, diversos autores apontam para a diversidade existentes entre a branquitude e a forma diversa como os sujeitos experienciam o ser branco nas diversas sociedades.

W.E.B. Du Bois que é, na opinião da maior parte dos pesquisadores consultadores para preparação deste texto, um dos precursores nos estudos sobre a branquitude nos Estados Unidos, analisou a classe trabalhadora branca norte americana do século XIX em comparação ao trabalhador negro, demonstrando que a aceitação do racismo pela classe trabalhadora branca daquela época foi uma forma de se apropriar dos benefícios, o que Du Bois nomeou de "salário público e psicológico", que resultavam em acesso a bens materiais e simbólicos que os negros não podiam acessar. A obra expõe os mecanismos que sustentam a branquitude como um sistema de privilégios materiais e simbólicos.

Como afirma o autor, “o trabalhador branco, mesmo o mais pobre, tem o direito de odiar o negro, porque ele sabe que, não importa quão baixo ele caia, sempre haverá uma classe abaixo dele — uma classe que não pode votar, não pode processar, não pode educar seus filhos” (Du Bois, 2021, p. 150).

Du Bois destaca ainda que a internalização da dominação cultural ao observar que "O negro é ensinado a admirar a cultura branca, a copiar seus modos, a aceitar seus padrões de beleza, mas nunca a compartilhar de seus privilégios" (Du Bois, 2021, p. 120). Diferente do que se propõe a concepção marxista da união entre proletário, independente da origem étnica/racial, Du Bois argumenta que supremacia branca foi sendo formada pela classe trabalhadora branca dos Estados Unidos e pela constituição de uma identidade trabalhadora que se colocava em oposição aos trabalhadores negros, ou seja, estes sujeitos absorviam privilégios, identificando-se como não-escravos e não-negros. “Apesar da baixa remuneração monetária, eles [os trabalhadores brancos] recebiam a consideração pública de ser branco” (Du Bois, 2021).

Também W.E.B. Du Bois, em seu livro *Darkwater* (1920), publicou o ensaio *The Souls of White Folk* que pode ser considerado um marco inicial na reflexão crítica sobre a branquitude. Ao abordar o sujeito branco a partir da perspectiva teórica de um intelectual negro, Du Bois antecipa discussões que hoje compõem o campo dos estudos sobre branquitude, oferecendo elementos para pensar suas implicações históricas, políticas e epistemológicas.

Aqui no Brasil, complexificando as relações entre raça e classe, a pensadora contemporânea Maria Aparecida Bento (2002) argumenta que os brancos em nossa sociedade agem por um mecanismo que ela denomina de pacto narcísico, alianças inconscientes, intergrupais, caracterizadas pela ambiguidade e, no tocante ao racismo, pela negação do problema racial. A autora argumenta que o branco independente da classe social tende a ser solidário quando se sente discriminado (Bento, 2002, p. 141), por medidas como as políticas de ação afirmativa voltadas para negros. Nesse exemplo, os brancos de classe alta e média procuram denunciar essa suposta injustiça que seria praticada contra o branco pobre. Em suas palavras:

O pacto da branquitude é um acordo tácito entre brancos para preservar seus lugares de privilégio, ainda que isso signifique a negação sistemática de direitos aos não-brancos. Esse pacto não precisa ser declarado; ele se sustenta na naturalização da superioridade branca e na invisibilização do racismo (Bento, 2022, p. 45).

Porém, essa união e solidariedade da branquitude, independentemente de suas diferenças, teria um objetivo comum: a manutenção do status quo, isto é, a conservação dos privilégios que o grupo branco obtém, mesmo quando na condição de pobreza. Dessa forma, a pobreza negra é muito diferente da pobreza branca, como já apontamos a respeito do estudo de Du Bois.

Se o ponto em comum entre os diversos grupos brancos seria a obtenção de privilégios, é natural que as vantagens obtidas sejam diversas entre si. A compreensão dos múltiplos aspectos característicos da branquitude pode resultar na maior complexificação das diferentes formas de privilégios obtidos pelos brancos em práticas racistas por vezes sutis.

Lourenço Cardoso (2008) elabora uma distinção entre branquitude crítica e acrítica. Essa distinção feita por Cardoso é importante para compreender que há uma parcela de brancos que obtém privilégios de sua identidade racial não por exercer conscientemente o racismo, nem tampouco por concordar com ele, mas sim por estar inserida em uma sociedade de estrutura racista, enquanto outro grupo (a branquitude acrítica), propaga direta ou indiretamente a superioridade e a pureza racial brancas. Considero importante trazer aqui, em suas palavras, ambas as definições:

A branquitude acrítica é aquela que não se percebe como racializada, que se entende como universal e neutra. O sujeito branco acrítico não se vê como parte de um grupo racial privilegiado, mas como o padrão humano a partir do qual os outros são medidos e, muitas vezes, inferiorizados. Essa invisibilidade do lugar racial é justamente o que sustenta a branquitude como norma (Cardoso, 2010, p. 612).

O branco acrítico reproduz o racismo mesmo sem intenção, pois opera a partir de um repertório cultural que naturaliza sua posição de superioridade. Ele não questiona por que suas referências históricas, estéticas e culturais

são hegemônicas, nem porque ocupa espaços de poder de forma desproporcional (Cardoso, 2010, p. 615).

11

Essas passagens destacam como tanto a branquitude acrítica e crítica se sustentam na naturalização dos privilégios brancos, evitando qualquer autorreflexão sobre raça. Se ambos se escondem atrás do mito da democracia racial, mascarando as desigualdades sob um véu de falsa igualdade, a branquitude crítica deve assumir a incômoda tarefa de expor os mecanismos de dominação racial. Tal transformação exige mais que boas intenções: demanda uma prática constante de autoanálise, disposição para renunciar a privilégios e engajamento concreto na desconstrução das estruturas racistas. Como aponta Cardoso (2010), a passividade da branquitude acrítica perpetua o sistema, enquanto a atitude interrogativa da branquitude crítica abre possibilidades reais de mudança, ainda que dentro dos limites impostos por sua própria posição racial.

Como bem salientou Frantz Fanon, os descendentes dos mercadores de escravos, dos senhores de ontem, não têm, hoje, de assumir culpa pelas desumanidades provocadas por seus antepassados. No entanto, têm eles a responsabilidade moral e política de combater o racismo, as discriminações e, juntamente com os que vêm sendo mantidos à margem - os negros -, construir relações raciais e sociais sadias, em que todos cresçam e se realizem enquanto seres humanos e cidadãos. Não fossem por estas razões, eles a teriam de assumir, pelo fato de usufruírem do muito que o trabalho escravo possibilitou ao país.

3.2 Branquitude e pedagogia antirracista

A busca pela consolidação de uma pedagogia antirracista no Brasil parte do contexto de importantes conquistas, a partir da criação de marcos legais que asseguram o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas, por meio das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, além das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCNERR). Essas normativas, amplamente referenciadas na

produção acadêmica, evidenciam o reconhecimento da contribuição histórica e cultural dos povos indígenas e da população negra na formação do Brasil.

Entretanto, como argumenta Nilma Lino Gomes (2012), após mais de dez anos a efetivação de tais políticas ainda enfrenta inúmeros desafios, sobretudo quando confrontada com as práticas pedagógicas cotidianas que, muitas vezes, continuam a reproduzir o racismo e a invisibilidade das contribuições de povos historicamente subalternizados.

No ensino superior brasileiro, a educação voltada para as relações étnico-raciais é atravessada por dimensões institucionais e epistemológicas que, historicamente, têm operado como espaços de reprodução da branquitude. Nesse contexto, construir uma pedagogia antirracista exige a consideração de múltiplas dimensões do processo educativo. Nesse sentido, Catherine Walsh (2009) contribui ao afirmar que a descolonização da educação exige não apenas a inserção de conteúdos sobre diversidade, mas a transformação radical dos referenciais que sustentam a produção e a transmissão do conhecimento.

A Educação Superior, nesse contexto, deve ser compreendida como espaço de disputa. Como aponta Dávila (2006), ela pode tanto reforçar o “diploma da branca” quanto assumir uma função emancipatória, engajada na luta contra o racismo. Tal tarefa exige dos professores um compromisso ético-político que vá além da mera inclusão de conteúdos, abarcando a revisão crítica dos materiais didáticos, das práticas pedagógicas e das interações cotidianas.

Nesse cenário, concordamos com Silva (2023) ao enfatizar o papel dos coletivos negros nas universidades, pois estes se configuram como espaços de mobilização, troca de experiências e produção de resistência política e acadêmica. Não se trata apenas de grupos de convivência, mas de instâncias que questionam a naturalização do conhecimento eurocêntrico, a ausência de referências negras e indígenas nos currículos, e as desigualdades cotidianas vividas no ambiente universitário. Ao mesmo tempo, esses coletivos pressionam as instituições de ensino superior por mudanças concretas, como a criação de políticas de permanência estudantil, a inclusão de conteúdos étnico-raciais nas

disciplinas e o reconhecimento da legitimidade de epistemologias outras, oriundas de tradições afro-brasileiras e indígenas.

Como apontado no início deste artigo, minha própria trajetória acadêmica evidencia essa transformação: quando ingressei no curso de ciências sociais, em 2005, ainda não havia ações afirmativas institucionalizadas e a presença de estudantes negros era extremamente reduzida, muitas vezes marcada pela solidão e pelo silenciamento das questões raciais no debate acadêmico. Já em 2017, ao retornar à universidade como estudante de doutorado cotista, percebi um cenário distinto, no qual os coletivos negros e indígenas haviam conquistado maior visibilidade e força política, alterando o clima institucional e deslocando o debate para a centralidade das relações étnico-raciais.

Um dos signos expressivos dessa transformação foi a mudança, em 2022, do nome do centro acadêmico do curso de antropologia e arqueologia da UFMG, que deixou de adotar a referência a Claude Lévi-Strauss para assumir o nome de Centro Acadêmico Lélia González. Esse gesto reflete não apenas uma demanda por representatividade, mas também os deslocamentos epistemológicos que a crescente presença negra provoca no ambiente acadêmico. Questionar a centralidade da branquitude enquanto referência de uma disciplina com histórico colonialista como a antropologia pode ser lida como parte de um movimento mais amplo de reconfiguração dos saberes em que não apenas os corpos, mas também as referências teóricas e os modos de produzir conhecimento são colocados em disputa.

A mobilização estudantil articulada pelos coletivos negros da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG avançou para o campo das reivindicações por representatividade docente, exigindo a presença de professores negros nos departamentos de antropologia e arqueologia que até 2017 não contavam com nenhum docente negro em seu quadro. A pressão da comunidade acadêmica resultou na realização de três concursos com reserva de vagas e, atualmente, o programa conta com dois professores negros efetivos, além de três outros aprovados em cadastro de reserva. Essa conquista representa um passo importante na desconstrução das lógicas excludentes que historicamente marcaram o espaço universitário, reafirmando que a luta

por uma pedagogia antirracista passa também pela transformação das estruturas institucionais e pela valorização de saberes e corpos historicamente marginalizados. Ademais, é necessário um movimento articulado que envolva a reformulação dos currículos, o reconhecimento das trajetórias profissionais e a implementação de políticas de permanência que assegurem condições equitativas de atuação dos docentes negros.

Denise Carreira (2018) aponta para a necessidade de um maior engajamento da comunidade acadêmica na luta antirracista, sobretudo no que diz respeito à reflexão crítica e à desconstrução da branquitude enquanto posição de privilégio material, simbólico e subjetivo que sustenta e reproduz o racismo na sociedade brasileira. A autora ressalta que esse debate exige um processo de reeducação dos discursos e práticas institucionais, capaz de questionar o mito da democracia racial e desnaturalizar as desigualdades que, com frequência, são atribuídas de forma simplificada à herança escravista. É necessário compreender como essas desigualdades foram reforçadas por projetos de branqueamento na transição do século XIX para o XX, pela postura condescendente das elites em relação às hierarquias sociais e pela permanência do racismo estrutural como eixo organizador da vida social no Brasil.

4 Conclusão

Estudiosos contemporâneos como Aparecida Bento, Nilma Lino Gomes, Franz Fanon, Lia Vainer Schucman, entre tantos outros, têm oferecido contribuições importantes na direção de desconstruir a ideia de uma neutralidade racial da branquitude, evidenciando como os privilégios operam como norma social. Estes autores nos mostram como tais dinâmicas operam como processos estruturantes da formação histórica e social brasileira, impactando diversos grupos étnico-raciais, inclusive o próprio sujeito branco.

O que fizemos neste é texto foi contribuir para o importante tensionamento provocado pela discussão da branquitude, ampliando a compreensão das dinâmicas que estruturam o campo educacional brasileiro. Não se trata de uma reflexão conclusiva, mas

de um convite à revisão crítica dos paradigmas que naturalizam a neutralidade racial e excluem formas plurais de produção de conhecimento.

Reeducar para as relações étnico-raciais no Brasil implica trazer à tona dores, medos e tensões historicamente gerados pelas desigualdades raciais. É fundamental reconhecer que o sucesso de alguns grupos foi construído à custa da marginalização de outros, especialmente da população negra. Nesse contexto, as pedagogias antirracistas e as propostas de educação para relações étnico-raciais poderão ter como objetivo fortalecer a presença e os saberes negros e indígenas, ao mesmo tempo em que poderão despertar, entre os brancos, uma consciência crítica sobre os privilégios raciais e as estruturas de exclusão que sustentam a branquitude como norma.

Referências

BALDAN, Merilin; CARVALHO, Pietra Barbosa de. A urgência da discussão da branquitude para a construção de uma educação infantil antirracista: apontamentos iniciais. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, [S.l.], v. 21, 2024.

BENTO, Maria Aparecida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BROCOS, Modesto. **A redenção de Cam**. 1895. Óleo sobre tela. Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro.

CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrílica e crítica: A supremacia racial e o branco antirracista. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, [S.l.], v. 8, n. 1, p. 607-630, 2010.

CARREIRA, Denise. O lugar dos sujeitos brancos na luta antirracista: provocações e pautas para conversas. **SUR**, [S.l.], v. 15, n. 28, p.127–137, 2018. Disponível em: <https://sur.conectas.org/o-lugar-dos-sujeitos-brancosna-luta-antirracista/>. Acesso em 26 agosto de 2025.

DÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura: política social e racial no Brasil, 1917-1945**. São Paulo: Unesp, 2006.

DU BOIS, William Edward Burghardt. **As almas da gente negra**. Tradução de Flávia Santos de Araújo. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

DYER, Richard. **White**: essays on race and culture. London: Routledge, 1997.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, [S.l.], v. 12, n. 01, p. 98-109, jan.-abr./2012. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/gomes.pdf>. Acesso em: 05/2020.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A sociologia do negro brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

KEHL, Renato. **Eugenia e educação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1930.
LACERDA, João Baptista de. **As raças humanas e a sua influência na formação da nacionalidade brasileira**. Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger, 1911.

PIZA, Edith. Porta de vidro: entrada para a branquitude. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs.). **Psicologia social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 63–82.

ROMERO, Sílvio. **História da literatura brasileira**. 20. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.

SILVA, Marcos Antônio Batista da. Pedagogia, práticas pedagógicas e educação antirracista. **Currículo sem Fronteiras**, [S.l.], v. 23, p. e1832, 2023.

STEYN, Melissa. **Whiteness just isn't what it used to be: white identity in a changing South Africa**. Albany: SUNY Press, 2001.

VAINER, Lia Vainer. **Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo"**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia Social) — Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-21052012-154521/>. Acesso em: 07 maio 2025.

WALSH, Catarina. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: apuestas (des) de el in-surgir, re-existir e re-vivir. **Educação Online**, [S.l.], n. 4, 2009.

ⁱ **Jaqueline de Oliveira e Silva**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3221-9528>

Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais

Jaqueline de Oliveira e Silva é antropóloga, com graduação e doutorado pela UFMG e mestrado pela UFPE, tendo realizado doutorado sânduche em Moçambique. Atua como consultora e pesquisadora

nas áreas de patrimônio cultural, povos e comunidades tradicionais e antropologia em contextos africanos.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7305502641561694>.

E-mail: jaqueoliveiraesilva@gmail.com

Editora responsável: Genifer Andrade

Especialista *ad hoc*: Sueli Pereira Donato e Marcio Tascheto da Silva.

Como citar este artigo (ABNT):

SILVA, Jaqueline de Oliveira e. Branquitude e educação: apontamentos iniciais para uma pedagogia antirracista. **Rev. Pemo**, Fortaleza, v. 8, e15765, 2025. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/15765>

Recebido em 25 de junho de 2025.

Aceito em 27 de agosto de 2025.

Publicado em 01 de janeiro de 2026.